Adufg SINDICATO 45 anos

Jornal do(a) Professor(a)

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO XII– Nº 86 – JUNHO DE 2024

@adufgsindicato

CAMPANHA SALARIAL

Páginas 8 e 9

REAJUSTES SALARIAIS EM 2025 E 2026

- Acordo assinado pelo Proifes-Federação garante recomposição nos próximos dois anos;

- Documento também garante reestruturação das carreiras do Magistério Superior e do EBTT.

BENEFICIADOS

APOSENTADOS TAMBÉM SÃO CONTEMPLADOS

Página 3

PARALISAÇÃO

VEJA AS PRINCIPAIS AÇÕES REALIZADAS NA GREVE DA UFG

Página 10

EDUCAÇÃO INDÍGENA

NÚCLEO TAKINAHAKÝ BUSCA AMPLIAR SUAS ATIVIDADES

Página 11

TRAJETÓRIA

CONHEÇA A HISTÓRIA DO PROFESSOR WENDELL COLTRO

Página 16

Prestação de contas

Outubro de 2023

1	**Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros**	
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	428.104,33
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	17.922,80
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	0,00
1.4	Receitas Financeiras	32.170,62
1.5	Outras Receitas	4.561,51
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
Total R$		482.759,26

2	**Custos e Despesas Operacionais**	
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	76.835,57
2.1.2	Encargos Sociais	51.199,66
2.1.3	Seguro de Vida	711,44
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	4.899,46
2.1.5	Ginástica Laboral	758,74
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	9.336,14
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	1.187,21
Total R$		144.928,22

2.2	**Serviços Prestados por Terceiros**	
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.857,34
2.2.2	Despesas com Correios	5.532,15
2.2.3	Energia Elétrica	1.449,79
2.2.4	Honorários Advocatícios	20.635,93
2.2.5	Honorários Contábeis	5.250,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	320,00
2.2.7	Serviços Gráficos	7.075,00
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.161,39
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.010,86
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	1.075,17
2.2.11	Vigilância e Segurança	599,24
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	1.051,27
2.2.13	Serviços de Informática	3.345,44
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	603,49
Total R$		54.967,07

2.3	**Despesas Gerais**	
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	8.448,80
2.3.2	Despesas com Táxi	74,75
2.3.3	Despesas com Coral	5.241,55
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	199,60
2.3.5	Diárias de Viagens	14.133,86
2.3.6	Tarifas Bancárias	1.598,99
2.3.7	Lanches e Refeições	2.427,73
2.3.8	Sextart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	28.820,33
2.3.10	Manutenção de Veículos	630,00
2.3.11	Festa do Professor	42.349,52
2.3.12	Festa Final de Ano	10.000,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	286,87
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	4.788,38
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	7.059,70
2.3.16	Hospedagens Hotéis	5.851,02
2.3.17	Material de expediente	608,90
2.3.18	Outras despesas diversas	3.673,92
2.3.19	Manutenção e Conservação	7.238,86
2.3.20	Homenagens e Condecorações	290,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	3.938,40
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	3.676,33
2.3.22	Despesas com Sede Cidade de Goiás	1.291,00
2.3.22	Despesas com eleições	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart Sd. Adm. Jataí	0,00
2.3.25	Sabadart Sd. Adm. Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	9.925,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	0,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R$		162.553,51

2.4	**Despesas Tributárias**	
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	5.784,96
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	468,14
Total R$		6.253,10

2.5	**Repasse Fundo Social e Contribuições**	
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	4.848,00
2.5.3	Proifes Federação	28.015,75
Total R$		32.863,75

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R$		401.565,65
3	**Resultado do exercício 07.2023 (1-2)**	81.193,61

4	**Atividades de Investimentos**	
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	7.500,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	658,00
4.1.3	Veículos	2.396,23
4.1.4	Móveis e Utensílios	0,00
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R$		10.554,23

4.2	**Intangível**	
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R$		0,00

4.3	**Aplicações Financeiras**	60,00
4.3.1	Aplicação	60,00
Total R$		10.614,23

Total Geral dos Investimentos R$		70.579,38
5	**Resultado Geral do exercício 07.2023 (3-4)**	

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

Os balanços dos meses anteriores estão disponíveis em www.adufg.org.br.

EDITORIAL

NOSSA LUTA É PERMANENTE

O Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) acumula quase 46 anos de uma história marcada por lutas e conquistas. Somos uma entidade plural, democrática e, principalmente, cada vez mais atuante na defesa dos direitos da categoria docente, da educação e dos serviços públicos como um todo.

Somos, acima de tudo, pautados pela democracia. Ao longo da nossa trajetória enquanto entidade sindical, lideramos incontáveis ações nas áreas de carreira, salários e melhores condições de trabalho. Filiados ao Proifes-Federação, ganhamos protagonismo e passamos, de fato, a fazer parte das principais decisões de âmbito nacional.

Fizemos parte de todas as mobilizações que culminaram em melhorias para as carreiras do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Foi por meio dos acordos assinados pelo Proifes que alcançamos melhorias.

Juntamente com o Proifes-Federação, nos balizamos – de forma permanente -, pelo princípio federativo. Ou seja, procuramos conciliar o respeito à diversidade de cada entidade política que representamos com elementos de unidade indispensáveis à preservação da soberania e da integridade do nosso sindicato.

Participamos ativamente de todas as reuniões das mesas de negociação com o Governo Federal desde o início de 2023. Apresentamos diversas propostas para proporcionar melhorias à carreira docente e dessa forma pretendemos seguir.

Na edição 86 do Jornal do(a) Professor(a), apresentamos um panorama das negociações com o governo, bem como os desdobramentos da greve docente e do diálogo com a categoria. Também estão disponíveis reportagens especiais, artigos de opinião e notícias de interesse da comunidade acadêmica.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Adufg SINDICATO

20ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

Geci Silva
Diretor Presidente

Luciene Dias
1ª Vice-presidenta

Luís Contim
2º Vice-presidente

Ricardo Moura
3º Vice-presidente

Gláucia Carielo
Diretora secretária

Tatiana Fiuza
Diretora de Comunicação, Promoções Sociais, Culturais e Científicas

Flávio Silva
Diretor Administrativo

Maria José Pereira
Diretora de Assuntos Educacionais e de Carreira

Romualdo Pessoa
Diretor Financeiro

André Geyer
Diretor de Convênios e de Assuntos Jurídicos

Ana Kratz
Diretora de Assuntos de Aposentadoria e Pensão

Geovana Reis
Diretora de Relações Interinstitucionais

Jornal do(a) Professor(a)

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO XII – Nº 86

JUNHO DE 2024

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

Guilherme de Andrade
Reportagem

Yasmin Ramos
Reportagem

Fotografias: Nilma Ayumi

Diagramação: Raphael Dourado

Data de fechamento: 17/06/2024

Tiragem: 3000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova - Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br

ENTENDA COMO O ACORDO COM O GOVERNO CONTEMPLA OS DOCENTES APOSENTADOS

MUDANÇA NA ESTRUTURA DA CARREIRA GARANTE GANHOS PARA QUEM JÁ SE APOSENTOU AINDA COMO ADJUNTO; APOSENTADOS ENTREVISTADOS PELO JORNAL DO(A) PROFESSOR(A) RESPALDAM O ACORDO

Guilherme de Andrade

O acordo assinado entre o Governo Federal e o Proifes-Federação (detalhado em reportagem nas páginas 8 e 9) também contempla os docentes aposentados. Um dos pontos que merecem destaque é que docentes que ingressaram na carreira antes de 2003 possuem isonomia e paridade, ou seja, as mudanças previstas pelo acordo também se aplicam a eles.

Docentes que se aposentaram após 2003 estão sujeitos às mudanças da reforma da Previdência e às mudanças na carreira. Dessa forma, as perdas ligadas a esses pontos (como o desconto previdenciário, por exemplo) devem ter aprovação do Congresso para qualquer tipo de compensação.

Em entrevista ao Jornal do Professor(a), a diretora de Assuntos de Aposentadoria e de Pensão, professora Ana Krtaz, destacou as diferenças históricas entre professores em atividade e aposentados (como a questão do auxílio-alimentação) ao citar as conquistas que este grupo alcança com o atual acordo. Apesar da estrutura do Estado – que diferencia servidores da ativa e aposentados –, a diretora avalia que "tudo que foi conquistado para os professores em atividade também foi conquistado para os aposentados, que contam com isonomia e paridade".

A estratégia do Proifes-Federação em lutar pela alteração dos steps da carreira teve como objetivo, justamente, reparar um erro cometido contra aqueles que se aposentaram como adjunto IV e ficaram represados após a criação da classe de professor associado. Em razão da antiga classificação, o grupo não era contemplado pelos reajustes adquiridos, situação que muda a partir do novo acordo.

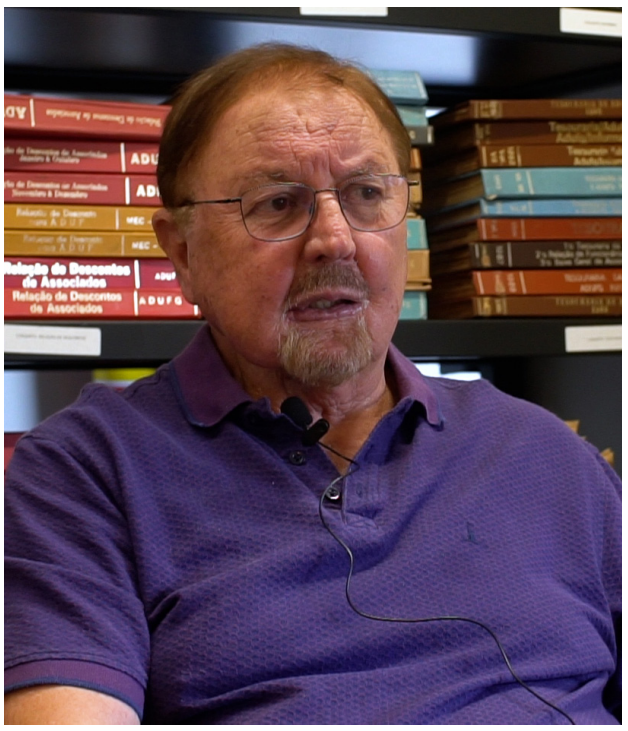


Foto: Nilma Ayumi

Docentes aposentados seguem atentos à luta pelos seus direitos

Nesse sentido, considerando que a maioria dos docentes aposentados antes de 2003 é da classe adjunto, os reajustes oferecidos pelo governo variam de 13,3% a 16,7% até 2026, dependendo do nível (I, II, III ou IV).

O que pensa o grupo

Ao Jornal do(a) Professor(a), o docente aposentado da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás (FAFIL-UFG), José Ternes, relembrou o histórico de perdas que a categoria viveu nos últimos anos. "Perdas eu acho que já tivemos nesses anos todos, e as reposições nem sempre foram suficientes", afirmou. Sobre a proposta de aumento fracionado entre 2025 e 2026, o professor afirma que está de acordo com a ideia: "É melhor garantirmos algum avanço do que nada".

Marilda Shuvartz, aposentada do Instituto de Ciências Biológicas (ICB) da UFG, reforçou a importância do diálogo que houve entre as entidades sindicais e suas bases durante as negociações com o Governo Federal. "Elas [as negociações] foram bem planejadas, pensadas, calculadas e apresentadas por parte dos sindicatos", ressaltou.

A docente explicou, ainda, que o acordo assinado pelo Proifes-Federação garante aumento mesmo para os servidores que já se aposentaram, já que as mudanças na estrutura da carreira escalonam para todos os níveis. "Nem todos os aposentados chegaram a titular, e ao mexer nesse gradiente de aumento na carreira sucessivo, ele vai beneficiar um pouco mais quem ganha menos", disse.

"A proposta do Proifes foi estudada, muito bem estruturada, inclusive bem aceita pelas mesas de negociação", destacou a professora aposentada do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae), Nancy Esperança Lopes. A docente reforçou a importância do debate a fim de criticar e aprimorar as contrapropostas oferecidas pelo governo, e diz que "a chamada para aprovação foi feita a todos e quem não compareceu perdeu a oportunidade".

Dulce Terezinha, docente aposentada da Faculdade de Nutrição (Fanut), afirma que "esse acordo talvez não é o sonhado pela categoria, mas eu encaro ele como o possível". A professora concorda com o descontentamento de alguns colegas que esperavam mais diante das perdas acumuladas, entretanto, considerando o atual contexto político e econômico, o acordo traz ganhos reais à categoria.

Foto: Nilma Ayumi

Acordo também beneficia os docentes aposentados

‘ASSÉDIO NUNCA MAIS’: VALORIZAÇÃO DA CULTURA DA DENÚNCIA É URGENTE PARA COMBATER O ASSÉDIO NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO

NÚMERO CRESCENTE DE DENÚNCIAS APONTA NECESSIDADE DE MEDIDAS MAIS EFICIENTES DE ACOLHIMENTO DAS VÍTIMAS, PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL

Guilherme de Andrade

O Adufg-Sindicato lançou, no mês de março, a campanha “Assédio Nunca Mais”. O movimento é uma resposta direta ao aumento de denúncias de assédio moral e sexual nas universidades. A campanha busca conscientizar sobre a importância da denúncia como o primeiro passo para o combate efetivo ao assédio.

Segundo dados da Universidade Federal de Jataí (UFJ), a instituição recebeu, desde 2020 (ano da criação de ouvidoria separada da UFG), duas denúncias de assédio sexual e vinte de assédio moral.

Das denúncias de assédio sexual, uma foi arquivada por “ausência de materialidade” e a outra continua sob apuração. Já nos casos de assédio moral, parte das denúncias está em fase de investigação e outra parte foi arquivada “por ausência de materialidade”.

No caso da Universidade Federal de Catalão (UFCAT), foram registradas, desde a criação de ouvidoria própria (2020), 19 denúncias de assédio moral, seis de assédio sexual, além de cinco comunicados de assédio moral. A instituição não informou os encaminhamentos dados, mas garantiu “que todas as denúncias são averiguadas e, em se comprovando o dolo, adotam-se as penalidades legais”.

Dados da Coordenação de Processos Administrativos (CDPA) mostram que foram registradas na UFG, de 2017 a 2022, 61 denúncias de assédio moral, 38 de sexual, além de 23 denúncias de discriminação.

Dos casos de assédio moral, 41 deles possibilitaram investigação ou mediação, enquanto 20 deles foram arquivados por falta de materialidade. Já sobre os dados de assédio sexual, 30 denúncias tiveram apuração ou mediação, enquanto os outros 8 casos foram arquivados por insuficiência de materialidade.

Segundo informações da própria Coordenação (que apura os casos das três universidades), os procedimentos instaurados podem ser finalizados de diferentes formas. São elas: 1) Arquivamento, 2) Arquivamento por prescrição, 3) Arquivamento por perda de objeto, 4) Abertura de Processo Administrativo, 5) Advertência, 6) Suspensão, 7) Demissão, 8) Homologação de Termo de Ajustamento de Conduta, 9) Homologação dos Acordos na Mediação.

O Jornal do(a) Professor(a) tentou entrevista com a CDPA, a fim de melhor compreender o processo de apuração, mas o pedido foi negado pela reitoria da UFG.

Na voz da especialista

Em entrevista ao Jornal do(a) Professor(a), a professora Helena Esser, do núcleo de Direitos Humanos da UFG, destaca a mudança na forma de tratamento do tema. “A gente está começando a denunciar, justamente porque começaram a surgir formas de proteção”, sintetizou. A ideia é enxergar na quantidade crescente de denúncias não um aumento no número real de casos, mas sim menos vítimas se calando. “Antes o assédio não era nem um assunto”, lamentou.

A especialista afirma que a subnotificação é uma questão presente, considerando o contexto hierárquico profissional no qual muitas vezes se dá a violência. “Isso [fim da subnotificação] depende de uma cultura de compreensão, de uma cultura de denúncia e de proteção também”, concluiu.

A professora diz que o principal dificultador nas apurações é a falta de comprovação do assédio. “Não é pelo fato de denunciar, que isso vai ser considerado assédio”, afirmou. Esser recomenda que as vítimas reúnam provas dos ataques, evitem, sempre que possível, estar sozinho ou sozinha com o agressor, e que denunciem.

Assédio Nunca Mais

A vice-presidenta do Adufg-Sindicato, professora Luciene Dias, coloca a entidade (a partir do lançamento da campanha ‘Assédio Nunca Mais’) como um ponto de apoio para as vítimas de assédio e que é capaz, se autorizada, a dar encaminhamentos mais concretos. Seja na forma de auxílio psicológico, jurídico, ou até na conscientização, o Adufg se torna um “lugar de conforto, de acolhimento”.

O intuito da campanha, segundo a docente, é conhecer de forma efetiva a realidade de quem é vítima de assédio, construir uma base de informações concretas e a partir disso tomar ação. “A gente depende da conscientização da nossa base acerca da necessidade da denúncia”, resumiu a intenção da campanha.

Foto: Nilma Ayumi / ADUFG-Sindicato

Campanha é uma resposta direta ao aumento de denúncias no âmbito das universidades

Contexto

Movimento sindical, articulação docente, conjuntura Política, carreira, jurídico, cultura.

Por Flávio Silva

Democracia

Um abaixo-assinado com a participação de centenas de docentes de universidades federais brasileiras exige a ampliação das formas de participação da categoria nas decisões relacionadas às greves. A paralisação que já dura 60 dias em muitas universidades não foi uma deliberação massiva da categoria, conforme apontam os professores e as professoras que assinam o documento. Para participar, basta acessar o link disponível no site www.adufg.org.br.

AMPLA CONSULTA

A movimentação citada defende a votação eletrônica como uma ferramenta que torna a decisão mais democrática, com o maior número possível de pessoas. Apesar de reconhecer a importância da assembleia como espaço de deliberação e debate, é preciso entender que ela não é o único espaço e momento de deliberação, sobretudo para decisões que afetam extraordinariamente a vida de toda a comunidade acadêmica.

Maior legitimidade

O Adufg-Sindicato já utiliza a votação eletrônica, conforme estabelece seu estatuto, para decidir sobre deflagração e saída de greves. O objetivo é justamente garantir maior legitimidade para as decisões. Neste ano, por exemplo, tanto a deflagração, quanto o fim da greve docente na Universidade Federal de Goiás (UFG), foram decididas por meio de plebiscito, após discussão com a categoria.

TRUCULÊNCIA

Nas últimas semanas, o Andes – que tanto propaga ser uma entidade democrática -, tentou dividir o movimento sindical. Veículos de comunicação progressistas incorporaram a narrativa do "sindicato bom X federação malvada". Essa perseguição a uma entidade sindical, exacerbada pelo uso intensivo das redes sociais, acaba prejudicando o verdadeiro objeto de toda a discussão: o reajuste salarial dos docentes.

DIFERENÇAS

Em meio à guerra declarada pelo Andes, cabe refletir sobre as diferenças entre o federalismo – praticado pelo Proifes-Federação -, e o verticalismo, modelo do sindicato que se autodenomina "nacional". A prática federativa é a melhor forma de organizar o sindicalismo docente universitário por ser mais democrática e permitir participação mais direta dos filiados.

RESUMINDO

O modelo federativo garante protagonismo local, regional e nacional a todos os sindicatos federados, não apenas à diretoria nacional eleita em um determinado momento e contexto.

PERSEGUIÇÃO

Como já era esperado, o Andes-SN e o Sinasefe não assinaram o acordo com o governo para o reajuste salarial dos docentes. Como se não pudessem piora ainda mais, o sindicato que se diz "nacional" tentou cancelar o acordo assinado pelo Proifes-Federação por meio de uma ação na Justiça, pedindo sua anulação.

Irresponsabilidade

Na prática, graças ao Andes, os docentes – que antes ainda tinham possibilidade de contar com uma reposição salarial para 2025 e 2026 -, passaram a correr risco de não ter nada no próximo ano. Afinal, o governo deixou claro que não haveria mais possibilidade de negociação: era aquela contraproposta ou nada. O Andes, mais uma vez, apostou no nada.

CAIU POR TERRA

A publicação do registro sindical do Proifes-Federação no Diário Oficial da União (DOU) faz com que as 17 ações ajuizadas pelas seções sindicais que compõem a base do Andes perante a Justiça Federal percam seu objeto, assim como as duas reclamações trabalhistas de autoria do Sinasefe. No caso específico da ação na qual foi concedida liminar, era fundamentada na pretensa inexistência de representatividade do Proifes perante a categoria.

DIGA-ME COM QUEM ANDAS...

O presidente da Comissão de Educação da Câmara, o bolsonarista Nikolas Ferreira (PL-MG), se uniu ao Andes-SN para criticar o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Para quem ainda não sabe, Nikolas é aquele deputado federal que praticou transfobia e gordofobia, bem como atacou as urnas eletrônicas e defendeu as invasões às sedes dos Poderes em Brasília, em 8 de janeiro de 2023.

... E EU DIREI QUEM TU ÉS

Em pelo menos três momentos cruciais para o Brasil, o Andes optou pela contramão da história: foi contra o REUNI e a expansão do Ensino Superior, contra as cotas raciais nas universidades e institutos federais, e ajudou a abrir as portas para a barbárie bolsonarista no golpe contra a ex-presidenta Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro.

CONTEMPLADA

A UFG anunciou que foi atendida no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das universidades que culminará em três obras: o restaurante universitário do câmpus Aparecida de Goiânia, a construção do Centro de Aulas do câmpus Cidade de Goiás e a Aldeia Intercultural, com auditório e alojamento, que funcionará como espaço multiuso para estudantes indígenas.

MOBILIZAÇÃO

Milhares de trabalhadores e trabalhadoras, oriundos de todos os cantos do País, se reuniram em 22 de maio, em Brasília, para uma marcha e plenária em defesa da pauta da classe trabalhadora, que tem entre suas reivindicações a reconstrução do estado do Rio Grande do Sul, o cumprimento do piso salarial do Magistério Superior e dos técnicos-administrativos, e a aprovação das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) que preveem o fim da contribuição previdenciária para servidores públicos aposentados e pensionistas. O Adufg-Sindicato esteve presente na manifestação.

MANIFESTO DE PROFESSORES E PESQUISADORES GOIANOS EM DEFESA DA PALESTINA LIVRE EM RESPOSTA AO GOVERNADOR RONALDO CAIADO: "NÃO EM NOSSO NOME"

Há um genocídio em curso na Palestina. Em quase nove meses de ataques, contabilizam-se mais de 30 mil pessoas mortas, das quais ao menos 12 mil crianças. O ataque de um exército contra civis tem por objetivo o domínio da região, e por estratégia o desaparecimento do povo Palestino. A empreitada liderada pelo estado de Israel, conta com total suporte político-diplomático, bem como apoio em recursos financeiros e armas das nações imperiais.

Este processo de colonização e apartheid tem sua história e remonta ao início do século XX.

A vergonhosa ofensiva atual, que desrespeita o direito internacional e bombardeia campos de refugiados, hospitais e equipes que oferecem ajuda humanitária, encontra seus críticos no parlamento internacional. A própria Corte Internacional de Justiça deliberou, em decisão provisória e emergencial, a plausibilidade de genocídio praticada por Israel contra a população de Gaza.

O Governador de Goiás se posiciona na contramão da história, contra a paz e a proteção da vida humana, ao inaugurar, no terreno que abriga o Departamento de Trânsito do estado de Goiás, em Goiânia, o parque "Am Israel Chai" (O povo de Israel vive). Ao fazê-lo, Ronaldo Caiado assinou dois acordos: um deles é uma "Declaração de Adesão ao Trabalho de Antissemitismo", instrumento utilizado por Israel para fazer propaganda de seu aparato bélico e ideológico; e o outro é uma declaração conjunta de cooperação técnica entre a Secretaria Geral de Governo do Estado de Goiás e o Ministério das Relações Exteriores de Israel.

Com tal ato, o governador desrespeita milhares de civis mortos, entre mulheres e crianças, aviltando a memória das vítimas e espezinhando a autonomia, determinação e direito à defesa territorial do povo Palestino, desdenhando, assim, do direito internacional e colocando-se do lado do que é reconhecido, cada vez mais, como genocídio.

Ao contrário do governador, nós consideramos como inaceitáveis todas as mortes de civis em ambos os lados e não apenas entre israelenses. Como é possível que o governador se solidarize somente com civis israelenses?

É necessário o cessar-fogo permanente, o fim da ocupação de Gaza e o trabalho incansável para uma paz justa e duradoura na região.

Assinaturas:

- Adriana Vidotte – UFG
- Aelton Leonardo Santos Barbosa – IFG
- Agustina Rosa Echeverría – UFG
- Alcides Pontes Remijo – UFG
- Ana Elizabete Barreira Machado – IF Goiás
- Ana Flávia Veloso rocha –
- EE Gracinda de Lourdes
- Ana Lúcia da Silva – UFG
- Ana Lúcia Vilela – UFG
- Andrea Sugai – UFG
- Andreia Alves Rocha – IF Goiás
- Andreia Alves do Prado – IFG Câmpus Uruaçu
- Antônio Henriques Lemos Leite Filho – UFG
- Arlene Carvalho de Assis Clímaco – UFG
- Augusto César de Almeida – UEG
- Bárbara Paixão de Gois
- Camilla Botêga Aguiar Kogawa – IFG
- Cláudio Marra Alves – IFG
- Cleidna Aparecida de Lima – UFG
- Cleiry de Oliveira Carvalho – CEPAE
- Cristiane Lopes Simão Lemos – UFG
- Daniel Silva Barbosa – IFG
- Darcy Costa – UFG
- David Maciel – UFG
- Débora de Jesus Pires – UFG
- Denise Silva Araújo – UFG
- Diane Valdez – UFG
- Divina Aparecida Leonel Lunas – UEG
- Divino Silva de Jesus – PUC Goiás
- Edivani Franceschinelli – UFG
- Eguimar Felício Chaveiro – UFG
- Eliene Lacerda Pereira – IFG
- Elzimar Pereira Nascimento Ferraz – UFG
- Érico Ricard Lima Cavalcante Mota – UEG
- Eunice Isaias da Silva – CEPAE
- Euzébio Fernandes Carvalho – UEG
- Franciele Magalhães Crosara – IFG
- Franciele Silva Cardoso – UFG
- Gardenia de Souza Furtado Lemos – UFG
- Ged Guimarães – UFG
- Gene Maria Vieira Lyra Silva – UFG
- Humberto de Assis Clímaco – UFG
- Iarle Safira S. Ferreita – IFG Goiânia
- Janaina Cristina de Jesus – IF Goiás
- Janes Socorro da Luz – UEG
- Janira Sodré Miranda – IF Goiás
- João Alberto da Costa Pinto – UFG
- João Carmo – UEG
- Jorge Eschriqui Vieira Pinto – UEG
- José César Teatini de Souza Clímaco – UFG
- Juliana de Castro Chaves – UFG
- Juliana Ramalho Barros – UFG
- Leandro Carvalho Damacena Neto – IFG
- Levy Silvério – PUC-Goiás
- Ligia Maria Maia de Souza – UEG
- Livia Gomes dos Santos – UFG
- Lorena Francisco de Souza – UFG
- Lucia Maria Moraes – PUC-Goiás
- Lúcia Rincón – PUC Goiás
- Luciene Araújo de Almeida – IF Goiás
- Luís Augusto Vieira – UFG
- Luiz do Nascimento Carvalho – UFCAT
- Luiza Helena Barreira Machado – IFG Luziânia
- Marcia Pereira Melo – SME-GOIÂNIA
- Maria Augusta Peixoto Mundim
- Maria da Conceição Silva – UFG
- Maria Izabel Barnez Pignata – UFG
- Maristela Novaes – UFG
- Míriam Bianca do Amaral Ribeiro – UFG
- Mona Bittar – UFG
- Naraiana de Oliveira Tavares – UFG
- Natássia Duarte Garcia Leite de Oliveira – UFG
- Newton de Souza – UFG
- Nicali Bleyer Ferreira dos Santos – PUC Goiás
- Raclene Ataide de Faria – IFG
- Rafael Moreira do Carmo – IF Goiás
- Oslan Costa Ribeiro – UFG
- Paulo Afonso Tavares – UFG
- Pítias Alves Lobo – UFG
- Renan Gonçalves Rocha – IF Goiás
- Renata Leite Soares – UFG
- Renato Gomes Vieira Conta – UFG
- Reynaldo Zorzi Neto – IFG
- Roberto Wagner Milet – IFG
- Rone Clei da Silva Santos – IF Goiano
- Rosane Rocha Pessoa – UFG
- Roseli Martins Tristão Maciel – UEG
- Rubens Pileggi – UFG
- Rubia-Mar Nunes Pinto – UFG
- Sara de Castro Cândido – PUC Goiás
- Samuel Paula de Andrade –
- CEPI Parque dos Buritis
- Sérgio de Almeida Moura – UFG
- Sheila Gonçalves do Couto Carvalho – UFG
- Silvana Bollis – UFG
- Simonia Peres da Silva – UFG
- Sinval Martins de Sousa Filho – UFG
- Tania Tosta – UFG
- Telma Aparecida T. Martins Silveira – IFG
- Thiago Oliveira Martins –
- Colégio Estadual José Bonifácio
- Veralucia Pinheiro – UEG
- Viviane de Araújo Ribeiro – IFG
- Wagner de Campos Dan – UFG
- Walquiria Pereira Batista – UFG
- Yordanna Lara Rêgo – UFG

Imagem: REUTERS/Ibraheem Abu Mustafa

QUEM HABITA O MEU QUINTAL? PROGRAMA DA UFCAT DIFUNDE CONHECIMENTOS E ATUA NA CONSERVAÇÃO DE MAMÍFEROS DO CERRADO

COM PAPEL INÉDITO NA PESQUISA, O PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE MAMÍFEROS DO CERRADO SE EXPANDE PARA ALÉM DOS MUROS DA UNIVERSIDADE

Yasmin Ramos

Biólogos, docentes, pesquisadores e sociedade unidos na conservação de espécies típicas do Cerrado. E essa é a premissa do Programa de Conservação de Mamíferos do Cerrado (PCMC), grupo de pesquisa da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). O programa nasceu no anseio por visibilidade e estudo da raposa-do-campo, espécie endêmica do nosso bioma. Indo além, a proteção se estendeu a outros mamíferos, como cachorro-do-mato, lobo-guará, e, em especial, os animais carnívoros, no diálogo consciente e respeitoso com a população local.

O grupo de pesquisa, vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), atua nas regiões Sudeste e Nordeste de Goiás, em cenários diversificados que ilustram a imensidão do Cerrado: pastagens, plantações, propriedades rurais, áreas de proteção ambiental e mesmo pequenos oásis da mata atlântica como o Parque Estadual da Mata Atlântica na cidade de Água Limpa, a 193 km de Goiânia – o Parque Estadual de Terra Ronca, na divisa com a Bahia, também é objeto de estudo.

O projeto conta com financiamento federal, estadual, e privado, além de parcerias com a Secretária do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás (Semad), e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no desenvolvimento e gestão de um modelo de conservação efetivo.

Foto: Divulgação

Raposa-do-campo, espécie endêmica do Cerrado, é símbolo do programa que visa a proteção dos mamíferos do bioma

Dimensão humana

Se engana quem pensa a atuação da conservação ambiental como "coisa do ecólogo maluco". Segundo o professor Frederico Lemos, do Departamento de Ciências Biológicas da UFCAT e coordenador do PCMC, a conservação dos mamíferos do Cerrado se dá pela coletividade. Assim, o programa trabalha na integração dos atores do Cerrado: as pessoas. Em ações nas escolas – as atividades se dão nas diferentes etapas de ensino, como ensino fundamental, médio e mesmo no maternal –, em povoados, nas áreas rurais e na internet, os pesquisadores partem não só do pilar do estudo científico, como também do fomento da conscientização e criação de políticas públicas.

Conforme o professor Frederico cita, a disseminação dos hábitos, identificação e caracterização dos animais beneficia a árdua tarefa da preservação: "Queremos levantar, principalmente, respostas de como eles (os mamíferos) se comportam frente as nossas alterações, de paisagem e de comportamento, e, com isso, promover de maneira mais prática ações e políticas públicas que melhorem o impacto negativo que a gente tem sobre eles".

É de extrema importância a assimilação de que os animais também são parte do ambiente – e, comprovadamente, são indicadores da saúde, conservação e diversidade do bioma. Dentre as ações projetadas pelo PCMC está o "Pedalando com Suçuarana" – a suçuarana, também conhecida como onça-parda, é o segundo maior felino nativo das Américas – que tem como objetivo reunir ciclistas para traçar trilhas por onde as onças circulam, e disponibilizar um canal de comunicação direta com os proprietários de áreas rurais, o que garante, por exemplo, o acionamento dos estudiosos em casos da observação ou qualquer ocorrência incomum envolvendo os animais foco da iniciativa. A interatividade entre esses diferentes agentes da sociedade promove a discussão de questões de conservação e, consequentemente, a difusão de conhecimento.

O coordenador do projeto diz, orgulhoso, que em 15 anos de atuação do PCMC foram poucas as fazendas que fecharam as portas para o conhecimento do manejo e biodiversidade local: "No dia a dia as pessoas estão dispostas a conversar, desde que você também esteja disposto a ouvir como é a realidade delas. Quando o fazendeiro perde o bezerro e acha que é por culpa da onça, ele liga e a gente vai lá, faz um atendimento, identifica se realmente foi onça ou se não foi, já tenta capacitar ele para identificar se realmente foi uma predação".

No entanto, o docente compartilha que a construção desse elo só é possível a partir do olhar político, atento e específico, que engloba questões como escolaridade, renda e condições de vida de cada grupo social.

"Se a pessoa estiver sem salário, tendo prejuízo, sem acesso à informação, a última coisa que ela vai pensar no dia é se ela deveria ou não dar um tiro na raposa. Ela tem que pensar em sobreviver primeiro, e a raposa não tem uma atuação aparentemente vital na supervivência dela", comenta.

Traçar a interdependência da proteção ambiental e da dimensão humana é investir em educação, na comunicação e no envolvimento da comunidade. Ao trabalhar a tolerância, conhecimento e empatia com a população, o programa desfaz, aos poucos, o infeliz cenário da matança de animais pela incapacidade em compartilhar o mesmo infinito da savana de árvores tortuosas, campos limpos e tons verdes e amarelados.

O trabalho de proteção persiste. O esforço agora é pelos novos focos de violência: o desmatamento, os atropelamentos e as doenças espalhadas na interação entre animais selvagens e domésticos, que vivem soltos na área rural. Nesse sentido, o PCMC desenvolve táticas com o ICMBio, órgão ambiental que propõe, implanta e gere unidades de conservação ambiental em todo o território nacional. Por essa parceria, o projeto da UFCAT se insere nos planos de ação nacional para a conservação dos grandes felinos e na conservação dos canídeos.

Você conhece a raposa-do-campo?

Capivara, anta, gato-do-mato, jaguatirica, tatu-canastra... Os mamíferos do Cerrado – de acordo com a Universidade de Brasília (UnB), 199 espécies foram registradas até hoje, sendo 20 delas endêmicas – alguns muito fortalecidos no imaginário social, ainda carecem de estudo. O professor Frederico exemplifica que a raposa-do-campo, a espécie exclusiva do Brasil e do Cerrado, e agora mascote-símbolo da UFCAT, só protagonizava cinco artigos anteriores aos estudos do docente, em 2002: "Aquilo me chamou a atenção e eu pensei: 'ninguém trabalha com esse bicho'", brinca.

A simbologia da nova musa e modelo da UFCAT agora amplia a bonita noção de que, aos poucos, as espécies do Cerrado desfilarão nas passarelas da admiração, da consciência e da proteção ambiental para além dos artigos científicos e dissertações de mestrado. Assim, os conterrâneos que compartilham o nosso mesmo quintal terão a tranquilidade de serem verdadeiramente vistos.

"Isso abre caminhos para a gente levar a conservação para fora dos muros da universidade, para as pessoas repararem que existe uma raposa no quintal. E assim pensar: 'É só uma raposa? Não, é a nossa raposa, é a raposa do Cerrado, é a raposa do Brasil', e cuidar dela é responsabilidade, não de nós pesquisadores e da UFCAT, mas de toda a comunidade que vive no Cerrado", conclui o professor.

ACORDO ASSINADO ENTRE GOVERNO E PROIFES GARANTE REAJUSTES SALARIAIS EM 2025 E 2026, BEM COMO REESTRUTURAÇÃO DAS CARREIRAS DO MAGISTÉRIO SUPERIOR E DO EBTT

DOCUMENTO TAMBÉM CONTEMPLA CRIAÇÃO DE UMA CLASSE ÚNICA DE ENTRADA E OUTROS BENEFÍCIOS

Rafael Vaz

Representantes do Governo Federal e do Proifes-Federação assinaram acordo fruto das rodadas de negociação realizadas nas cinco reuniões da Mesa Específica e Temporária do Magistério Federal. O documento prevê pagamento de reajustes salariais em duas parcelas: 9% em janeiro de 2025 e 3,5% em maio de 2026. O Andes-SN tentou anular acordo e impedir a aplicação dos reajustes por meio de uma ação na Justiça. No entanto, com a publicação do registro sindical do Proifes-Federação no Diário Oficial da União (DOU), a ação perde seu objeto.

O documento assinado também acatou a proposta do Proifes, que estabelece a substituição das classes A/D I e B/D II por uma classe de entrada, o que torna a carreira mais atrativa. Somada ao reajuste de 9% implementado em 2023, a proposta de valorização da carreira até 2026 representa aumento em torno de 28,2% para docentes, sendo 43% para o estágio inicial da carreira.

"Entendemos que não era o melhor acordo, mas tivemos avanços dentro das negociações e conquistamos o que foi possível até o momento. Nossa decisão foi tomada pelo Conselho Deliberativo, composto por 34 delegados, representados proporcionalmente ao número de filiados em cada sindicato federado, conforme determina nosso estatuto", avalia o presidente do Proifes, professor Wellington Duarte.

Para chegar à conclusão, o Conselho Deliberativo levou em consideração as rodadas de consultas, reuniões e assembleias gerais dos sindicatos federados, que ocorreram de forma democrática e, em sua maioria, escolheram pela aprovação da proposta apresentada pelo governo.

Reestruturação

O acordo assinado com o governo também prevê a reestruturação das carreiras do Magistério Superior (MS) e do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT), demanda defendida pelo Proifes-Federação. Na alteração que se refere aos steps — os degraus entre as classes, o governo irá aplicar um novo cálculo para adjunto 2 a 4 e associado 2 a 4 (MS); e para DIII 2 a 4 e DIV 2 a 4 (EBTT). Aumentando os steps de 4% para 4,5% em 2025, e de 4,5% para 5% em 2026.

"Na proposta de carreira apresentada pelo governo, que incorporou mais de 85% das reivindicações do Proifes, ocorreu uma reestruturação possibilitando que o reajuste de 9% linear de janeiro de 2025 produzisse efeitos positivos nas classes e nos níveis dos professores. A eliminação das classes de entrada beneficia o jovem professor e o que está em estágio probatório. Também conseguimos melhorar os steps e preservar a justiça com relação aos aposentados na questão da relação entre o associado I e o adjunto IV", explica Wellington Duarte.

Além disso, os percentuais de reajuste acordados e as mudanças de carreira devem gerar, nos próximos dois anos, reajustes que podem chegar a 17,6%, para titulares, e a 31,2% para ingressantes. Isso porque, além do indicador linear e das alterações no início da carreira, ocorrerá o aumento nos degraus (steps). Com isso, a carreira começará a partir dos atuais BII, do Magistério Superior, e DII 2, do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

Em 7 de junho, o Proifes-Federação divulgou um documento com respostas para as principais perguntas relacionadas ao acordo. O texto aborda, entre outras questões, justamente o reajuste dentro da estrutura da carreira, representatividade da entidade e as mesas de negociação.

"Um reajuste linear manteria a carreira desequilibrada e não atenderia a proposta da Federação de dar uma atenção especial para a chamada 'carreira de entrada', devido ao fato de que nessa faixa etária não havia atratividade para os jovens ingressarem no Magistério Federal", explica trecho do documento.

Benefícios

O Proifes-Federação assinou, no dia 25 de abril, o termo de compromisso com o Governo Federal que garante o reajuste dos benefícios dos servidores federais. Conforme havia sido proposto em reunião da Mesa de Negociação Permanente (MNNP), o auxílio-alimentação passou de R$ 658,00 para R$ 1.000,00. Também houve reajuste por faixa salarial de saúde suplementar e assistência pré-escolar de R$ 321,00 para R$ 484,90.

"Após muita discussão, o Conselho Deliberativo do Proifes, pautado pelas assembleias realizadas em seus sindicatos federados com os docentes, decidiu pela assinatura do termo. Seguimos trabalhando e negociando por melhores salários e condições de trabalho para a nossa categoria", afirma o vice-presidente da entidade e diretor administrativo do Adufg-Sindicato, professor Flávio Silva.

Fim das negociações

Uma reportagem publicada pelo portal Metrópoles revelou que docentes universitários de todo o Brasil temem que o acordo não seja efetivado e categoria fique sem reajuste em 2025. Isso porque o Andes-SN tem tentado cancelar o documento por meio de um pedido de anulação na Justiça. Ou seja, os docentes – que ainda tinham a possibilidade de contar com os dois reajustes -, correram risco de ficar sem nada no próximo ano, uma vez que o governo já reafirmou que não há qualquer possibilidade de negociar novas propostas, em função da restrição orçamentária.

"Nós sabemos dos limites orça-

Foto: Ascom /Proifes

Representantes da Federação durante reunião com Governo Federal

2025

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	VB (R$)	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Sem RT	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	
		% VB	10,0%	20,0%	50,0%	115,0%						
		A	B	C	D	E	F=(A)	G=(A+B)	H=(A+C)	I=(A+D)	J=(A+E)	Var. %
TITULAR	1	11.536,10	1.153,61	2.307,22	5.768,05	13.266,52	11.536,10	12.689,70	13.843,32	17.304,15	24.802,61	10,8%
ASSOCIADO	4	10.487,35	1.048,73	2.097,47	5.243,68	12.060,46	10.487,35	11.536,09	12.584,83	15.731,03	22.547,81	10,8%
	3	10.035,75	1.003,57	2.007,15	5.017,87	11.541,11	10.035,75	11.039,32	12.042,90	15.053,62	21.576,86	10,3%
	2	9.603,58	960,35	1.920,72	4.801,79	11.044,13	9.603,58	10.563,94	11.524,30	14.405,38	20.647,71	9,8%
	1	9.190,03	919,00	1.838,01	4.595,02	10.568,54	9.190,03	10.109,03	11.028,04	13.785,05	19.758,57	9,3%
ADJUNTO	4	7.441,32	744,13	1.488,27	3.720,66	8.557,52	7.441,32	8.185,45	8.929,59	11.161,98	15.998,84	10,6%
	3	7.120,88	712,09	1.424,18	3.560,44	8.189,02	7.120,88	7.832,97	8.545,06	10.681,32	15.309,90	10,1%
	2	6.814,24	681,42	1.362,85	3.407,12	7.836,38	6.814,24	7.495,66	8.177,09	10.221,36	14.650,62	9,5%
	1	6.520,81	652,08	1.304,16	3.260,40	7.498,93	6.520,81	7.172,88	7.824,97	9.781,21	14.019,73	9,0%
ENTRADA		6.180,86	618,08	1.236,17	3.090,43	7.107,99	6.180,86	6.798,94	7.417,03	9.271,28	13.288,84	26,8%

2026

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	VB (R$)	Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	Sem RT	TOTAL (R$) Aperfeiçoamento	Especialização	Mestrado	Doutorado	
		% VB	10,0%	20,0%	50,0%	115,0%						
		A	B	C	D	E	F=(A)	G=(A+B)	H=(A+C)	I=(A+D)	J=(A+E)	Var. %
TITULAR	1	12.245,03	1.224,50	2.449,01	6.122,51	14.081,78	12.245,03	13.469,52	14.694,03	18.367,54	26.326,81	17,6%
ASSOCIADO	4	11.131,83	1.113,18	2.226,37	5.565,92	12.801,61	11.131,83	12.245,01	13.358,20	16.697,75	23.933,45	17,6%
	3	10.601,75	1.060,17	2.120,35	5.300,87	12.192,01	10.601,75	11.661,92	12.722,10	15.902,62	22.793,76	16,5%
	2	10.096,90	1.009,69	2.019,38	5.048,45	11.611,44	10.096,90	11.106,59	12.116,28	15.145,35	21.708,34	15,4%
	1	9.616,10	961,61	1.923,22	4.808,05	11.058,51	9.616,10	10.577,70	11.539,32	14.424,14	20.674,61	14,3%
ADJUNTO	4	7.849,87	784,98	1.569,98	3.924,94	9.027,36	7.849,87	8.634,86	9.419,85	11.774,81	16.877,23	16,7%
	3	7.476,07	747,60	1.495,22	3.738,04	8.597,48	7.476,07	8.223,68	8.971,29	11.214,11	16.073,56	15,5%
	2	7.120,07	712,00	1.424,01	3.560,03	8.188,08	7.120,07	7.832,07	8.544,08	10.680,10	15.308,15	14,4%
	1	6.781,02	678,10	1.356,20	3.390,51	7.798,17	6.781,02	7.459,12	8.137,22	10.171,53	14.579,19	13,3%
ENTRADA		6.397,19	639,72	1.279,44	3.198,59	7.356,77	6.397,19	7.036,90	7.676,62	9.595,78	13.753,95	31,2%

mentários, sabemos da questão da dívida pública, sabemos das grandes dificuldades que o governo vai ter por causa dos acontecimentos trágicos do Rio Grande do Sul, que terão impacto no PIB, certamente", ressalta o presidente do Proifes-Federação, professor Wellington Duarte.

Na prática, o Andes tentou cancelar o acordo por meio de uma ação judiciária aceita pela 3ª Vara Federal de Sergipe. O Proifes, por sua vez, entrou com um agravo para suspender a decisão. Neste cenário, a recomposição salarial em 2025 foi ameaçada, uma vez que o Governo Federal só pode prever reajuste se houver Termo de Acordo assinado com a categoria, quadro que não se verifica com o acordo suspenso.

"O Andes resolveu apostar no nada e, agora, tem sobre suas costas a irresponsabilidade de mais uma decisão que impacta de forma negativa a vida de milhares de docentes do Brasil afora", destacou o Proifes-Federação em nota divulgada aos docentes dos sindicatos federados.

No dia 3 de junho, o Governo Federal reafirmou que a negociação salarial com a categoria docente foi encerrada com o acordo assinado, mas que permanece aberto para dialogar sobre pautas não-salariais em outras instâncias. A informação foi confirmada pelo Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) à Agência Brasil.

Importante ressaltar que o Proifes-Federação apresentou, nas cinco reuniões da Mesa de Negociação, pelo menos 3 propostas, buscando dialogar com o governo, que inicialmente apresentou um reajuste (linear) de 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026, que daria um reajuste acumulado no atual governo (2023-2026), de 19,0% que, descontada a inflação de 2024 a 2026, daria um reajuste real de 3,0%. A última proposta da Federação, colocada na Mesa de Negociação, propunha 3,5% em 2024, 9,5% em 2025 e 4,5% em 2026, um acumulado de 29,1%.

No decorrer das reuniões, ficou claro que o governo teria como parâmetro de negociação com as demais categorias, não dar reajuste em 2024. No dia 15 de maio, ao apresentar sua última proposta (9,0% em 2025 e 3,5% em 2026), que deu um acumulado de 23%, representou um avanço de 4% na proposta inicial do Governo e um recuo de 6,1% na proposta da Federação. Isso significava que a alternativa posta era a de radicalizar, ou de buscar mitigar as perdas em relação à proposta da Federação.

A opção da Federação, diante de um cenário econômico incerto, embora com sinais muito fracos de recuperação econômica, com um "ambiente fiscal hostil", foi a de diluir a proposta do Governo numa reestruturação da carreira, que gerou mudanças positivas para o começo da carreira e um equilíbrio nas diversas classes e níveis que formam a docência.

Histórico

Enquanto o Proifes-Federação lutou para garantir melhorias aos docentes nos últimos anos, o Andes optou ficar de fora dos acordos que trouxeram benefícios para a categoria. Foi assim com o acordo que garantiu a criação da classe de associado em 2006, que aumentou o percentual de gratificação de incentivo à docência (GED) para aposentados e elevação dos incentivos à titulação. Um ano depois, em 2007, o Andes também ficou de fora da conquista da paridade entre ativos e aposentados, ao passo que o Proifes assinou os dois acordos.

Em 2008, outra conquista importante para a carreira foi assinada pelo Proifes: a criação da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Quatro anos depois, o Proifes garantiu a reestruturação das carreiras do Magistério Superior e do EBTT e da criação do Reconhecimento de Saberes e Competência (RSC) para o EBTT.

Em 2015, o Proifes-Federação garantiu melhorias à categoria com a reestruturação das carreiras do Magistério Superior e do EBTT. Enquanto isso, o Andes escolheu o silêncio, abandonando os docentes à própria sorte. O Andes também não assinou o acordo para garantir o reajuste dos benefícios dos servidores públicos federais.

GREVE DE DOCENTES DA UFG CHEGA AO FIM COM AÇÕES DE MOBILIZAÇÃO E DEBATES LIDERADOS PELO ADUFG-SINDICATO

ENTIDADE SINDICAL REALIZOU DIVERSOS DEBATES EM UNIDADES ACADÊMICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS PARA OUVIR AS DEMANDAS DA CATEGORIA

Rafael Vaz

Entendendo que as sinalizações do Governo Federal não atendiam, até aquele momento, as demandas da categoria docente, os professores e as professoras da Universidade Federal de Goiás (UFG) entraram em greve, por meio de decisão tomada em plebiscito eletrônico organizado pelo Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato). A entidade é a representante definida e explicitada em registro no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O plebiscito foi realizado entre os dias 25 e 30 de abril, conforme deliberado em Assembleia Extraordinária, e contou com a participação de 1.324 docentes, entre filiados e não filiados. Deste total, 657 (49,62%) votaram a favor da greve, enquanto 652 (49,24%) foram contrários. A votação também registrou 15 abstenções (1,12%).

"Foi uma decisão tomada por meio da coletividade e da pluralidade das vozes. A votação eletrônica com duração de cinco dias permitiu que um maior número de professores e professoras participassem de uma decisão, principalmente aqueles que não conseguiram comparecer à assembleia, seja presencialmente ou de modo virtual", afirma o presidente do Adufg-Sindicato, professor Geci Silva.

Com a deflagração da greve, o Adufg-Sindicato coordenou a realização de diversas ações de mobilização em defesa das reivindicações da categoria. Foi montada uma comissão de apoio à diretoria da entidade sindical no planejamento e na execução das ações.

O Adufg-Sindicato encaminhou a produção de diversos materiais de divulgação, como camisetas, faixas, cartazes e adesivos para que a greve tivesse a maior visibilidade possível. Também foram produzidos vídeos e outros materiais de mobilização nas redes sociais.

Foto: Nilma Ayumi

Faixa em unidade acadêmica da UFG destaca parte das reivindicações da categoria docente

A entidade sindical também promoveu reuniões em várias unidades acadêmicas da UFG. Entre elas, o Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae), a Escola de Engenharia Civil e Ambiental (EECA), Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação (EMC), Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP), e o Instituto de Física (IF).

"Conversamos com o maior número possível de professores e professoras para que a greve fosse forte e consistente", explica a diretora de Assuntos Interinstitucionais do Adufg-Sindicato, professora Geovana Reis. O diálogo nas unidades também foi respaldado pela categoria:

"A coletividade da greve e as discussões promovidas pelo sindicato foram essenciais. Foi possível entender o que estava sendo discutido pela melhoria da nossa carreira", destaca a professora Ana Paula Kipnis (IPTSP-UFG). "Os debates foram fundamentais para que nossa categoria encarasse a greve de uma forma mais madura", destacou o professor Humberto Carlos Ruggeri Júnior, vice-diretor da EECA.

Em 25 de maio, os docentes decidiram encerrar a greve da categoria. No total, foram registrados 820 votos favoráveis ao fim da paralisação, 720 votos contrários e 9 abstenções. A decisão também foi tomada por meio de plebiscito eletrônico, conforme prevê o estatuto da entidade sindical. Em relação à segunda enquete, a pergunta apresentada era: "Você está de acordo com a decisão da Assembleia, de rejeição da proposta do governo?". Nela, 794 docentes votaram a favor da rejeição e 652 votaram contra a rejeição. Também foram registradas 20 abstenções.

UFCAT e UFJ rejeitam greve

Os docentes da Universidade Federal de Catalão e da Universidade Federal de Jataí não entraram em greve. Assim como na UFG, a decisão foi tomada em plebiscito eletrônico, após a realização de assembleias nos dias 23 e 30 de abril, respectivamente.

Na UFCAT, 90 professores, entre filiados e não filiados, participaram da votação, sendo 55 (61,11%) contrários à paralisação, 34 (37,77%) favoráveis e 1 (1,1%) abstenção. Na UFJ, a greve foi rejeitada por 105 (56,75%) docentes. O plebiscito também registrou 78 (42,16%) votos favoráveis e duas (1,08%) abstenções. No total, 185 docentes filiados e não filiados votaram.

No fim de maio, os docentes das duas universidades também votaram no plebiscito sobre a proposta apresentada pelo Governo Federal. Na UFCAT, 34 docentes votaram a favor da proposta e 12 contra. Na UFJ, por sua vez, foram 60 votos favoráveis e 40 contrários. Dessa forma, nas três universidades foram contabilizados 746 votos favoráveis à proposta, 846 contrários e 20 abstenções.

Foto: Nilma Ayumi

Assembleia de docentes da UFG promovida pelo Adufg-Sindicato tratou de questões relacionadas à paralisação

NÚCLEO TAKINAHAKÝ QUER AMPLIAR SUAS ATIVIDADES

DIRETRIZES DA UFG NÃO GARANTEM, ATUALMENTE, ESPAÇO PARA O CRESCIMENTO DA MAIOR POLÍTICA DA AÇÃO AFIRMATIVA DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Guilherme de Andrade

Criado em 2006 e tendo sua primeira turma iniciada em 2007, o Núcleo de Formação Indígena Superior Takinahakỹ da UFG, possui, atualmente, status de departamento da Faculdade de Letras (FL). Sua principal atuação é na formação de estudantes indígenas como docentes que atuarão em suas respectivas comunidades, garantindo acesso à educação básica a esses grupos.

Atualmente, são 308 estudantes ativos na graduação e 360 egressos, oriundos de mais de 30 povos distintos, abrangendo cinco estados brasileiros. "Temos a maior política de ação afirmativa da UFG", afirma o coordenador de equidade, professor Luciano Cardenes.

No entanto, o Núcleo enfrenta problemas de ordem administrativa, financeira e de pessoal. Muitos deles são causados pela condição de departamento de uma Unidade Acadêmica. Falta de acesso aos sistemas oficiais para gerir as disciplinas, rigidez burocrática que vai na contramão do calendário próprio do curso, dificuldades de contratação, ausência de controle orçamentário e baixa representatividade nas instâncias de decisão são algumas das dificuldades. "Gera um problema para o aluno, gera um problema para o professor na sala de aula, para o diretor da unidade e para a coordenação do curso", sintetiza Aline da Cruz, coordenadora do Núcleo.

A coordenadora afirma que o atual objetivo é conseguir o status de Unidade Acadêmica Especial, o que daria a autonomia necessária para resolução de grande parte dos entraves, além de permitir a expansão do local. "Nós precisamos ser desmembrados da FL para termos autonomia orçamentária e nossa autonomia de sistema", explicou.

Atualmente, o título de unidade acadêmica está reservado para espaços de formação que alcançam critérios ligados à quantidade de cursos e de docentes disponíveis. Apesar de algumas dessas marcas ainda não terem sido atingidas, a demanda pelo crescimento do Núcleo existe, garantem Aline e Luciano.

A gestora conta que já houve aprovação prévia no Conselho Diretor da FL para possível independência do departamento. O próximo passo é mobilizar os representantes das unidades acadêmicas e apresentar a proposta no próximo encontro do Consuni

O Núcleo funciona atualmente com cerca de 13 docentes de diversas áreas. Professores de História, Matemática, Antropologia, Letras e Biologia atuam na "formação transdisciplinar". A graduação tem cinco anos de duração, oferece três habilitações (cultura, linguagem e natureza), e funciona no regime da Pedagogia da Alternância.

Neste regime, o estudante (que, geralmente, também é professor em sua comunidade) fica um período na cidade para realizar parte de sua formação e depois retorna para complementá-la na aldeia. A criação do curso de licenciatura em Educação Intercultural é fruto de demanda coletiva dos povos indígenas que vem desde a década de 1970.

Prolind

Os cursos superiores de licenciatura indígena no país foram criados mediante incentivo dado pelo Governo Federal. O Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (Prolind) nasceu após uma série de compromissos internacionais firmados com intuito de preservar as culturas indígenas.

A ideia inicial seria o fornecimento da verba Prolind durante 10 anos para instalação efetiva dos cursos de licenciatura, entretanto esse prazo foi prolongado por mais 10 anos. "Ainda se entende que as universidades dependem dessa verba para poder ter os cursos de licenciatura", afirma Aline. Segundo ela, a verba se mostrou instável nos últimos anos.

Estudantes

Makatu Kayabi é aluno do curso de Licenciatura em Educação Intercultural na UFG. Ele tem 31 anos e veio da Aldeia de Três Buritis, no Xingu, próximo ao município de Querência, no Mato Grosso. Makatu ingressou na UFG após finalizar o magistério, em 2019. O discente afirma que entrou na UFG com uma percepção muito diferente. "Achei que iria aprender coisas mais 'ocidentais'" disse, mas foi surpreendido com a abordagem da Pedagogia da Alternância aplicada no curso. A Universidade abraça as causas, as ideias, ligadas aos povos indígenas. "Ela fortalece muito as práticas culturais", sintetizou.

Falando sobre os problemas que encontra no Núcleo Takinahakỹ, Makatu aborda questões como acessibilidade, demanda por uma Casa do Estudante Indígena, necessidade de mais professores, além da criação de um programa de mestrado. "Tem que atender de acordo com a realidade de cada um", concluiu.

O Jornal do(a) Professor(a) questionou a UFG sobre o assunto, mas não obteve qualquer resposta.

Foto: arquivo / Núcleo Takinahakỹ

O curso de Educação Intercultural da UFG trabalha no sentido de garantir o acesso universal à educação para a população indígena.

Lorena Dall'Ara
Professora licenciada e bacharelada em Biologia

ENTRE POVOS E SABERES: UM CAMINHO DE APRENDIZADOS, LUTAS, DESAFIOS E AFETOS JUNTO AOS POVOS INDÍGENAS DO CERRADO

A minha história com os povos indígenas começou, em 2004, na aldeia Manoel Alves Pequena, do povo Krahô (TO), a qual pude conhecer durante o doutorado e onde fui muito bem recebida pela grande liderança Dodanin Krahô, que anos depois viria a ser meu aluno na UFG (e seus filhos também!). Nessa visita realizei coletas de anfíbios, experimentei dias de chuvas intensas e conversas na varanda, refeições coletivas com várias pessoas da comunidade e ainda fui batizada numa grande festa onde recebi o nome indígena da minha madrinha Ireti Krahô. Fiquei encantada com a cultura daquele povo, com a riqueza da biodiversidade do lugar e com a magnitude e exuberância da região onde vivem.

Em 2011, iniciei minhas atividades como professora e pesquisadora na área das Ciências da Natureza e Matemática no Curso de Educação Intercultural Indígena da UFG. Nesse ponto da minha vida, iniciaram-se o meu encanto e interesse pelas questões indígenas, pelas pessoas que vivem no Cerrado e pelas tradições e valores culturais até então desconhecidos e pouco estudados por mim. Comecei a me interessar pelas comunidades tradicionais e pela escuta desses povos tão marginalizados, esquecidos e massacrados pelo sistema capitalista.

Entre 2011 e 2013, trabalhei com o povo Karajá da região da Ilha do Bananal, no Tocantins, e com o povo Karajá de Santa Terezinha, no Mato Grosso. Nessa experiência, fui muito bem orientada pela professora pedagoga Dra. Maria do Socorro Pimentel (in memoriam), que me abriu as portas e influenciou de maneira significativa os estudos com os povos originários; foi, também, onde tive a oportunidade de aprender com a riqueza cultural e os conhecimentos desses povos que, desde então, me tem sido proporcionados por meio dos meus estudos acadêmicos e vivências compartilhadas na universidade e nas etapas realizadas em Terras Indígenas.

Entre 2014 e 2015, com o ingresso de povos do Xingu no curso, apareceu uma oportunidade para a orientação e formação desses novos alunos, e fui indicada para o que chamamos de Comitê Orientador do Xingu, onde me tornei responsável pela orientação de estágios e Projetos Extraescolares desenvolvidos pelos alunos nas suas comunidades. Com esse novo trabalho, fui motivada a conhecer um pouco mais das diversas etnias que compõem o curso e especialmente aquelas do Xingu. Desde então, o Xingu virou minha segunda casa e passei a entender que a convivência com essa diversidade de povos exige grande sabedoria.

Nosso trabalho no Núcleo Takinahaky é realizado de forma intercultural, transdisciplinar, anticolonial, antiracista, dialógica, colaborativa e baseada na pedagogia do amor e da esperança e da autonomia (freiriana). Nosso principal intuito nessas pesquisas é a construção e o diálogo entre os conhecimentos científicos e tradicionais desses povos, sem estabelecer fronteiras rígidas entre os diferentes campos do saber ou hierarquias entre os múltiplos saberes indígenas e não indígenas envolvidos no processo de formação. Também valoramos pelo retorno das pesquisas de forma adequada para as comunidades, onde os alunos e pesquisadores indígenas se tornem os protagonistas de suas histórias, garantindo dessa forma que os projetos e ações sejam realizados de forma coletiva, com responsabilidade e de forma justa.

Em 2019 tive a oportunidade de realizar uma licença capacitação na Universidade Nacional do México (UNAM) e posteriormente o Pós-doutorado na Universidade Pedagógica Nacional do México, sob orientação do professor Dr. AntonioCarrillo, que tem como proposta um projeto interinstitucional entre as universidades do Brasil e México.

Naquele momento, achei necessário dialogar com outros povos no que se refere ao assunto e conhecer outros contextos que vivenciam problemas semelhantes aos vivenciados pelas comunidades indígenas no Brasil e, assim, contribuir trazendo inovações ao nosso cenário acadêmico e de formação de professores. Neste período, me sentia muito desmotivada com o cenário político no Brasil e acreditei ser uma boa hora, após 15 anos de trabalho na UFG, para compartilhar essas experiências e aprender com as instituições, com os colegas e com os professores indígenas mexicanos.

Não tenho a menor dúvida de que os trabalhos realizados com os povos indígenas são os que me trazem maior prazer e produção de conhecimentos nessa área. O convívio nas comunidades proporciona grande aprendizagem e o contato direto com as cosmologias de cada povo, onde e quando é possível conhecer as crianças, jovens, adultos e velhos em suas vivências diárias e na produção de suas casas, trabalhos manuais, interações com o meio ambiente, usos dos recursos da fauna e da flora, seus plantios, roças e suas rotinas. Ouvir e aprender com os nossos alunos, sábios, pajés, caciques e outras lideranças das comunidades e seus conhecimentos são uma grande aprendizagem.

Vale dizer que, trabalhar os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas e levar um pouco dos nossos conhecimentos acadêmicos ocidentais constitui uma grande oportunidade de escuta sensível, troca de experiências, diálogos e respeito por esses povos. Para o trabalho no Núcleo, faz-se necessário ouvir, escutar, perceber e sentir. É preciso romper com a dicotomia natureza e cultura e compreender e aprender com o outro.

Não tenho dúvidas que os maiores desafios ao trabalho são a burocracia, a falta de conhecimento das próprias instituições de ensino sobre a relevância e as dificuldades pelas quais nós, professores e estudantes passamos. Vivemos momentos difíceis durante as etapas, que vão desde a logística do trabalho em áreas remotas, quanto às dificuldades de transporte, de acesso e deslocamento à algumas comunidades, muitas vezes com acesso de barco durante horas pelos rios, atolamentos frequentes, dificuldades de acesso e financeiras, altos custos, além dos riscos e periculosidades que essas viagens oferecem. Ainda é muito difícil no meio acadêmico a abertura para esse tipo de ensino e abordagem.

O trabalho com os povos indígenas me trouxe uma nova visão de mundo e de perspectivas. A ciência academicista, como ainda é, ganhou uma leveza e desenvolveu em mim uma parte mais humanizada. Aprender a ouvir as pessoas e as necessidades das comunidades em diferentes situações, contextos e culturas e ainda a aproximação dessas pessoas e suas relações com a natureza me proporcionaram uma nova forma de ver e sentir o mundo.

Para os meus alunos peço que não desistam dos estudos e sempre pensem livremente, com senso crítico e discernimento para as grandes descobertas que cada ambiente proporciona. Faço com amor e entusiasmo meu trabalho e vejo que ainda há muito que aprender com os povos e comunidades da floresta e cada visita a um ecossistema tropical é uma oportunidade cheia de descobertas. Sinto-me privilegiada e com uma enorme satisfação em poder trocar experiências e compartilhar saberes, sonhos e esperança com pessoas tão humanas, acolhedoras e capacitadas.

> "Também valoramos pelo retorno das pesquisas de forma adequada para as comunidades, onde os alunos e pesquisadores indígenas se tornem os protagonistas de suas histórias, garantindo dessa forma que os projetos e ações sejam realizados de forma coletiva, com responsabilidade e de forma justa."

60 ANOS DO GOLPE MILITAR NO BRASIL: EDUCAR PARA NÃO ESQUECER

Elias Menta

Ricardo Barbosa de Lima

"A educação em Direitos Humanos é compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação do sujeito de direitos, articulando as seguintes dimensões: a) apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre Direitos Humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; b) afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos Direitos Humanos em todos os espaços da sociedade; c) formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político; d) desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e) fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos Direitos Humanos, bem como da reparação das violações" (BRASIL, PNEDH, 2003)".

Esse mês completaram 60 anos do golpe militar no Brasil e, apesar das décadas de intenso sofrimento enquanto se tinha um regime de exceção e os outros tantos anos já experimentando a democracia, algumas feridas permanecem abertas e merecem o devido tratamento.

Uma delas é a responsabilização dos agentes que representavam o Estado e praticaram todo tipo de atrocidades contra aqueles que pensavam diferente ou se imaginava que pensavam, praticando condutas que embrulham o estômago de qualquer pessoa. Não atoa, Ulysses Silveira Guimarães, na sessão de promulgação da Constituição de 1988, com o texto que representava o esforço daquela época sobre sua cabeça, bradou que "temos ódio à ditadura. Ódio e nojo. Amaldiçoamos a tirania onde quer que ela desgrace homens e nações".

A constituição trouxe positivada uma série de direitos e garantias individuais quase uma década depois da promulgação da Lei da Anistia de 1979 que é tão equivocadamente compreendida, principalmente no atual cenário de aperfeiçoamento do texto constitucional e da adesão a pactos internações. Nesse contexto, a Professora Enéa de Stutz e Almeida que é coordenadora do PPGD-UNB e presidente da Comissão de Anistia, e que brindou a UFG com uma aula magna inaugural do semestre do o PPGIDH/NDH/UFG, fora precisa ao afirmar em entrevista concedida:

O STF afirmou que a Lei de Anistia está em vigor e é uma lei de memória. Como tal, ela teve o alcance de apagar condenações. Logo, todas as pessoas que foram condenadas ou sofreram algum tipo de sanção foram alcançadas pela Comissão de Anistia, como alguém que foi demitido do emprego por ser considerado subversivo. Agora, no caso de quem torturou outra pessoa, não houve processo nem denúncia, muito menos condenação e punição, essa pessoa não foi alcançada pela Lei de 1979. Enquanto uma lei de memória, ela não apagou os fatos. Do meu ponto de vista, não é necessário haver reinterpretação e nem revisão da lei. A gente só precisa aplicar a jurisprudência do próprio Supremo e do direito internacional – consequentemente, a jurisprudência da Corte Interamericana.

A interpretação acima além de clara e contundente, está em consonância com a Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). As condenações do Brasil em face aos fatos ocorridos na "Guerrilha do Araguaia", caso Gomes Lund vs. Brasil, no sentido da responsabilização criminal dos autores das graves violações de Direitos Humanos não deixam dúvidas sobre a necessidade de completarmos essa transição inacabada. A CIDH, naquela decisão, vaticina que as "disposições da Lei de Anistia brasileira que impedem a investigação e sanção de graves violações de Direitos Humanos são incompatíveis com a Convenção Americana, carecem de efeitos jurídicos", mais ainda, deixa claro que "não podem seguir representando um obstáculo para a investigação dos fatos do presente caso, nem para a identificação e punição dos responsáveis, e tampouco podem ter igual ou semelhante impacto a respeito de outros casos de graves violações de Direitos Humanos".

Outro caso de repercussão internacional, Herzog e outros vs. Brasil, em que nosso país também foi condenado, corrobora a ideia de que restrição em face da Lei de Anistia, prescrição ou outro obstáculo à persecução penal são inválidos frente as hipóteses de graves violações de Direitos Humanos. Ressalta-se, ainda, que vários outros são os casos, não só do Brasil, nos quais se adota o posicionamento da CID: Blake vs. Guatemala, Barrios Altos vs. Peru, Bamaca Velásquez vs. Guatemala, Trujillo Oroza v. Bolívia, Radilla Pacheco vs. México e outros

Nesse contexto, o Supremo Tribunal Federal poderá no julgamento da ADPF n. 320, que completa uma década de tramitação em maio de 2024, reafirmar a jurisprudência da CIDH reconhecendo a possibilidade de promoção da persecução penal em face dos Agentes do Estado e outros que promoveram gravíssimas violações de direitos humanos no período da ditadura.

Ainda que tenhamos ciência que esse texto será veiculado em canal com audiência bastante qualificada, muitos, inclusive, dedicam suas vidas pela redemocratização e/ou estudar tal tema com muita profundidade, é importante relembrar que houve golpe militar no Brasil. Contudo, o convite que fazemos aqui é o que cabe a nós diante do que manda a Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2012), mais ainda, como servidores educação, dentro e fora da sala de aula, educar para a democracia e para a cidadania, e não é possível fazer isso sem educar para os direitos humanos.

INFORME JURÍDICO

A PEDIDO DO ADUFG-SINDICATO, JUSTIÇA DETERMINA PAGAMENTO DE ADICIONAL NOTURNO PARA DOCENTES EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região decidiu que docentes em regime de dedicação exclusiva, que trabalharem após às 22 horas, devem receber adicional noturno. O veredito, que atende ao recurso interposto pelo Adufg-Sindicato contra a decisão de primeira instância, é válido para professores e professoras da Universidade Federal de Goiás (UFG), da Universidade Federal de Catalão (UFCAT) e da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

Inicialmente, ainda em primeira instância, a Justiça entendeu que docentes submetidos ao regime de dedicação exclusiva estariam ocupando cargos de chefia, considerando que seus salários são diferenciados de pessoas submetidas à jornada de 40 horas sem dedicação exclusiva. "Para um servidor ser considerado em cargo de chefia, é preciso que ele tenha subordinados e uma remuneração superior, o que vem exatamente da gratificação pelo desempenho da função, não pela dedicação exclusiva", explica do advogado Igor Escher, da Assessoria Jurídica do Adufg-Sindicato.

Nesse sentido, a entidade sindical interpôs recurso contra a sentença argumentando que a remuneração extra dos cargos em questão advém da impossibilidade de se desempenhar outras funções, sejam públicas ou privadas, não por supostamente estarem à disposição das universidades, como decidiu o juiz de primeiro grau. Dessa forma, não se pode considerá-los como ocupantes de cargos de chefia, uma vez que somente os cargos de direção, chefia e assessoramento pedem dedicação integral e, consequentemente, não recebem o adicional noturno.

CONCESSÃO DA CARTA SINDICAL AO PROIFES-FEDERAÇÃO É PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Foi publicada no Diário Oficial da União a concessão do registro sindical do Proifes-Federação, entidade à qual o Adufg-Sindicato é filiado. Ao conceder a carta sindical, o Ministério do Trabalho legitima a natureza sindical da federação, habilitando-a ao exercício sem quaisquer limitações, podendo assim participar de todas as negociações, firmar acordos e representar amplamente a categoria dos docentes filiados aos seus sindicatos de base.

Com a publicação, a federação tem oficializada a representação das entidades a ela filiadas, cuja categoria congrega sindicatos de professores e professoras do magistério federal, das carreiras do Magistério Superior e do EBTT.

Para o diretor administrativo do Adufg-Sindicato e vice-presidente do Proifes, professor Flávio Silva, a concessão garante ainda mais legitimidade à atuação da entidade. "Recebemos a publicação com muita tranquilidade, tendo em vista que isso consolida aquilo que é o reflexo da luta de professores e professoras que decidiram se organizar para, de fato, representar os interesses da categoria", afirma.

Foto: CUT-GO

APOSENTADOS DISCUTEM EXTINÇÃO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

O Adufg-Sindicato promoveu uma série de encontros com os professores aposentados filiados à entidade. Um dos principais objetivos foi discutir questões relacionadas às Propostas de Emenda à Constituição (PEC) que buscam a extinção gradual da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados e dos pensionistas.

Nas reuniões, também foram abordadas a importância da classe nas mobilizações sindicais. Os aposentados também receberam informações sobre os serviços oferecidos pela entidade sindical. "Precisamos aumentar a pressão nos parlamentares. Estamos diante de um momento decisivo para corrigir essa injustiça histórica", afirma a diretora de Assuntos de Aposentadoria e de Pensão, professora Ana Christina Kratz.

A professora aposentada Nilzete Alves elogiou a iniciativa. "Quando a gente vem para o ambiente sindical, é possível sentir que há uma continuidade da nossa vida fora do ambiente acadêmico. É uma oportunidade de discutir nossos direitos e também de conviver com nossos colegas", declarou.

Foto: Nilma Ayumi

CAMPANHA DE VACINAÇÃO IMUNIZA 436 PESSOAS CONTRA A GRIPE

A campanha anual de vacinação contra a gripe promovida pelo Adufg-Sindicato atendeu 436 pessoas, entre professores e seus dependentes. Em Goiânia, a ação foi realizada no dia 10 de abril com 368 doses aplicadas. Em Jataí, a ação foi realizada no dia 11, com a imunização de 82 pessoas.

O Adufg-Sindicato continuou com a campanha ao longo do mês de abril. Até o dia 30, professores, técnicos-administrativos e seus dependentes puderam solicitar a imunização. Depois, eles receberam o voucher, bem como o endereço do local de vacinação. Para os docentes de Catalão e da Cidade de Goiás, foi oferecido reembolso de acordo com o valor negociado de R$ 65,00 para usuários elegíveis pelo Fundo de Reserva (crianças de 6 a 12 anos).

A campanha de vacinação reforça o compromisso do Adufg-Sindicato de, além de lutar pelos direitos da categoria docente, também estar atento no cuidado com a saúde e bem-estar dos seus filiados.

Foto: Nilma Ayumi

ADUFG-SINDICATO FIRMA CONVÊNIO COM O SESC GOIÁS

COM A PARCERIA, ESTÃO DISPONÍVEIS DIVERSOS BENEFÍCIOS NAS ÁREAS DE LAZER, HOSPEDAGEM, ESPORTES, ARTES, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA

O Adufg-Sindicato firmou convênio com o Serviço Social do Comércio (Sesc) Goiás. Com a parceria, os docentes filiados e seus dependentes poderão usufruir de todos os benefícios oferecidos pela instituição. A parceria foi assinada em 25 de abril, pelo presidente da entidade sindical, professor Geci Silva.

Por meio do convênio, estão previstos os seguintes benefícios:

Lazer: hospedagem, excursões, passeios e pacotes em Goiânia (clube), Caldas Novas, Pirenópolis e Cidade de Goiás e Jataí;

Esporte: academias (musculação, ginástica, bike, hidroginástica, natação, zumba, Pilates, yoga) e futebol.

Artes: apresentações artísticas (teatro, shows, circo), cursos, oficinas e biblioteca;

Educação: escolas da educação infantil ao ensino médio em Goiânia e Anápolis, além de cursos de idiomas (inglês, alemão, espanhol e francês);

Assistência: Mesa Brasil (Programa de saúde alimentar e nutricional) e trabalho social com grupos;

Unidades Senac: desconto nos cursos oferecidos pelo Senac (consultar tabela de descontos junto à unidade de interesse).

Os interessados podem comparecer a qualquer unidade do Sesc em Goiás e apresentar os documentos necessários. O cadastramento também pode ser feito virtualmente por meio do link https://www.sescgo.com.br/credencial-sesc.

Confira, abaixo, a relação de documentos que devem ser apresentados:

Para docentes filiados;

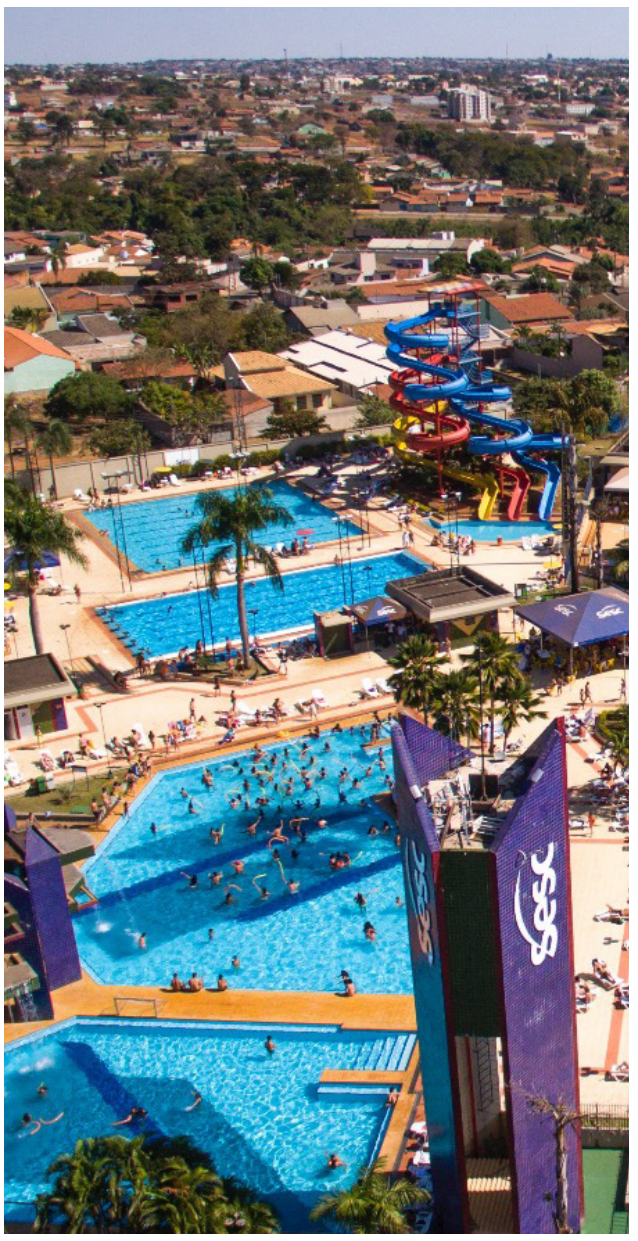
- Declaração da instituição (solicitar na sedes do Adufg-Sindicato ou pelos e-mails convenio2@adufg.org.br (Goiânia), jatai.adufg@gmail.com (Jataí), adufg.catalao@gmail.com (Catalão) e goias.adufg@gmail.com (Cidade de Goiás);
- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Comprovante de endereço (dos últimos 90 dias);
- 1 foto (3x4);

Quem pode ser dependente?

Cônjuges ou companheiros(as) de união estável; pai, mãe, padrasto e madrasta do conveniado, avôs e avós do conveniado;

Filhos(as), irmão(as), enteado(as), neto(as), órfãos do conveniado e pessoa sob guarda do conveniado (21 a 24 anos, com comprovação da condição de estudante).

Para a comprovação de dependência, é necessário apresentar os documentos que comprovem o vínculo. Será cobrado o valor de R$25,00 para o titular e R$30,00 por dependente. A credencial tem validade de 1 ano, podendo ser utilizada nos serviços oferecidos no Sesc/Senac.



Parceria entre Adufg-Sindicato e Sesc atende demanda dos filiados

AGENDA

ARRAIÁ ADUFG (GOIÂNIA)

Um dos mais tradicionais eventos do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás já tem data para acontecer! O Arraiá Adufg será realizado no dia 5 de julho, no Espaço Cultural de Lazer e Saúde (entrada pela Rua 229, Setor Leste Vila Nova). A festa contará com jantar completo, comidas típicas e show musical. As inscrições terão início no dia 17 de junho. As demais informações serão divulgadas no site e nas redes sociais do sindicato.

ARRAIÁ ADUFG (CATALÃO)

A tradicional comemoração junina também ocorrerá em Catalão. O evento está marcado para 19 de julho, no Espaço Kaiowá, e contará com jantar, show musical e comidas típicas. Mais informações também serão divulgadas nos canais de comunicação do Adufg-Sindicato. Em Jataí, a festa já foi realizada em 15 de junho, na sede do Adufg-Sindicato, na cidade.

EXPOSIÇÃO

O Adufg-Sindicato recebe, até 28 de junho, a exposição "Contém Memória: série cerâmicas costuradas". A mostra conta com esculturas de terracota costuradas com linha de algodão fiada na roça. A curadoria é de Ralyanara Freire e Ádria Borges. O conjunto apresenta peças de formato irregular, deixando ver algumas pistas sobre o que seria cada objeto, a saber, um prato, uma travessa, um castiçal, ou somente um pedaço de cerâmica quebrada. As peças podem ser visitadas de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas, no foyer da entidade.

EDUCAÇÃO QUE TRANSFORMA: WENDELL COLTRO COMPARTILHA SEU TRAJETO COM A CIÊNCIA E A PESQUISA, E COMO ISSO TROUXE NOVAS PERSPECTIVAS A SUA VIDA

DO INTERIOR DO PARANÁ, DIRETAMENTE PARA AS MAIORES UNIVERSIDADES DO PAÍS E DO MUNDO

Guilherme de Andrade

"O nosso trabalho está sendo bem feito, e esse resultado não tem preço", afirma o diretor do Instituto de Química (IQ) da UFG, professor Wendell Coltro. O docente se refere orgulhoso ao aumento no número das publicações da Unidade, à melhora nas avaliações institucionais dos cursos do Instituto, à internacionalização da pesquisa produzida, ao nível de empregabilidade dos egressos, entre outras conquistas do IQ.

Hoje, Coltro é professor especialista em Química Analítica, diretor desta divisão da Sociedade Brasileira de Química (SBQ), além de estar à frente do Instituto de Química da UFG. Sua trajetória pessoal e profissional construíram o caminho que hoje ele trilha, e que serve também como guia para uma nova geração de cientistas brasileiros.

No começo

Nascido em Loanda, no Paraná, Wendell conta que sempre se dedicou muito aos estudos, e, às vezes, de forma simultânea ao trabalho. Enquanto finalizava sua formação básica, trabalhou como caixa no restaurante de sua família. Se mudou para Maringá para cursar o terceiro ano do Ensino Médio, e, após concluir a formação, retornou para Loanda. O preparatório para o vestibular acontecia em uma cidade próxima, Paranavaí, o que forçava viagens cotidianas: "saía às 6h da tarde e chegava perto da 1 da manhã, todos os dias".

Após cogitar Medicina, Engenharia Civil, prestar concurso para a Polícia Militar e vestibular para Engenharia Química, Wendell deu início à graduação em Química na Universidade Estadual de Maringá, em 1998. No segundo ano da formação, conseguiu bolsa de estudos após participar do Programa Especial de Treinamento (PET). "Meus pais não conseguiam me ajudar com muito mais do que as despesas básicas", resumiu a importância da bolsa para a continuação de seus estudos.

Foi nesse período que teve seu contato inicial com a produção acadêmica, e também com a Química Analítica.

Foto: Nilma Ayumi / ADUFG-Sindicato

História de Wendell Coltro serve como guia para novos cientistas

Destaque

Em 2002, Wendell deu início a pesquisa de mestrado com o tema de miniaturização, na USP, em São Carlos. A ideia geral dos estudos era reduzir as escalas de onde são realizados os experimentos. "Criar sistemas portáteis para fazer análise química com uma gota de solução", exemplificou.

A miniaturização, área da Química Analítica, se tornou seu objeto de pesquisa desse ponto em diante. "Por essa linha que me apaixonei e venho trabalhando nisso desde então, desde 2002, e hoje nosso grupo é um dos mais atuantes na área", compartilha orgulhoso.

Na semana anterior a defesa de seu mestrado, já em 2004, Wendell já havia conseguido uma bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) para o doutorado.

O professor Coltro conta que a ideia para seu doutorado surgiu durante um almoço com seu orientador, no qual o esboço da pesquisa foi feito em um guardanapo. "A partir desse papel, eu escrevi um projeto, fizemos a submissão e foi contemplado", afirmou. Na sequência, compartilhou frutos de seus esforços: "Foi a primeira vez que um aluno da USP de São Carlos ganhou o prêmio Capes de tese, com a tese defendida no ano de 2008".

Hoje

No dia 23 de abril de 2009, Wendell Coltro assumiu posição como professor na UFG. Ainda neste ano, tiveram início as pesquisas em Eletroforese e Microfluídica. "Ao longo da minha trajetória, eu tive sempre muita felicidade em ter alunos muito comprometidos, dedicados e criativos", compartilha parte do segredo do sucesso nas pesquisas.

Ao longo desses 15 anos, foram quatro patentes concedidas, oito sob análise, criação do Laboratório de Fluídica e Eletroforese, parcerias com universidades estrangeiras, entre outras conquistas ligadas à produção de Coltro.

"Nós desenvolvemos muitas coisas que eu vejo que podem chegar ao mercado, e a gente espera ter uma aproximação com o empreendedorismo, da academia com a indústria, para isso virar realidade", compartilha um dos guias da pesquisa feita no instituto.

Próximos passos

Ao falar do futuro, Coltro vê dois pontos como inevitáveis: a internacionalização da pesquisa da UFG e a aproximação da universidade com o mercado. As parcerias com pesquisadores estrangeiros, o estudo de patenteação da pesquisa feita no IQ e a colaboração de egressos do instituto junto às instituições governamentais já é algo em andamento e que só tende a crescer.

Por fim, ao falar das semelhanças que enxerga entre sua trajetória e a de membros da comunidade acadêmica da UFG, Coltro finaliza reforçando a importância da educação. "Uma iniciação científica, a graduação e a pós-graduação bem-feita, acaba transformando a vida dessas pessoas", concluiu.